

Coleta de lixo terá novas regras

Distritais prometem fazer, ainda este ano, código que regulamentará tratamento dado ao lixo no DF, com reforço na reciclagem

GUSTAVO IGREJA

Um Código de Limpeza elaborado pela Câmara Legislativa deve passar, até o final do ano, a regulamentar todas as etapas de processamento do lixo produzido no DF. A coleta seletiva vai voltar à cidade. E os milhões gastos pelo governo local, desde o recolhimento até o aterro das sobras produzidas pelo brasileiro, será redirecionado para novas tarefas, principalmente o reaproveitamento do entulho. Essa é a expectativa de uma comissão de distritais que, na última sexta-feira, voltou de viagem à Europa,

onde conheceu modelos de tratamento dos restos.

A missão foi uma tentativa de importar soluções para o problema do Lixão da Estrutural, que, em dois anos, não terá mais como receber o lixo produzido no DF – a área de 127 hectares recebe cerca de 2,2 toneladas de restos diariamente. Durante treze dias, os distritais Benício Tavares (PMDB), presidente da Câmara Legislativa, Chico Floresta (PT), presidente da Comissão de Meio Ambiente, Paulo Tadeu (PT) e Fábio Barcelos (PFL) puderam conferir na França e na Holanda como o sistema adotado aqui é atrasado.

– Não adianta apenas acabar com o Lixão. É preciso extingui-lo e recuperar aquela área. A primeira coisa necessária é a criação de uma legislação específica, para preservação do meio ambiente da cidade – avaliou o presidente da Câmara Legislativa.

De acordo com os distritais, um sistema de reciclagem do entulho do DF – como acontece em Amsterdã, Holanda, onde 80% do lixo reciclável é reaproveitado – pode custar entre R\$ 16 milhões e R\$ 400 milhões, dependendo de sua capacidade. Enquanto na cidade holandesa só 20% dos restos reaproveitáveis

vão para um aterro, aqui, tudo vai para o Lixão, em área vizinha ao Parque Nacional de Brasília.

– O valor da estrutura depende do objetivo do GDF. O sistema permite até recuperar a área hoje degradada. Em Recife, já se faz algo semelhante, com parceria da iniciativa privada. No orçamento do DF em 2005 queremos que parte dos custos com lixo do governo sejam utilizados em investimentos desse tipo – comentou Floresta.

Segundo o presidente da Comissão do Meio Ambiente, o GDF gasta muito mais de R\$ 100 milhões anuais com a

coleta e o aterro dos detritos. A idéia é determinar, de todo o montante disponível, quanto vai para cada etapa, incluindo investimentos em processamento e reciclagem, cuja estrutura deve ser criada em parceria entre o Estado e empresários. Para isso, a lei pode estabelecer até que indústrias do DF tenham de comprar parte da matéria prima em material reciclado, para que haja interesse nas parcerias.

– Se der retorno para o parceiro do governo na reciclagem, é viável. O brasileiro ainda guarda a cultura da coleta seletiva. O governo é que

não faz diferença do tipo de lixo. Queremos fazer campanha com esse sentido e estender a todo o DF – garante Paulo Tadeu.

Até o grau de odor expelido pelas estações de tratamento do lixo será regulado no DF. E o cidadão que desrespeitar a lei da limpeza, prometem os distritais, será punido. É possível que até setembro o Código esteja pronto. Na França, o modelo de incineração visto foi descartado, por causa do péssimo efeito visual – coluna de fumaça de dezenas de metros.

gustavo.igreja@jb.com.br